



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 51, DE 2012.

Sugere Projeto de Lei Complementar para dispor sobre a criação do Conselho de Ética Pública e estabelece medidas de transparência e controle de atos de agentes políticos, dirigentes, empregados e servidores públicos.

Autor: Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA)

Relator: Deputado FRANCISCO ARAÚJO

I - RELATÓRIO

A SUG nº 51, de 2012, de autoria da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho sugere a criação do Conselho de Ética Pública e estabelece medidas de transparência e controle de atos de agentes políticos, dirigentes, empregados e servidores públicos.

Em sua justificativa, o autor alega que o PLP sugerido altera a Lei nº 5.172/66 (Sistema Tributário Nacional) e a Lei Complementar nº 105/2001 (Sigilo das Operações Financeiras) para prever o repasse de informações referentes a atividades atípicas que devem ser prestadas às Corregedorias ou equivalente órgão administrativo de fiscalização, bem como ao Ministério Público, pertinentes aos Partidos Políticos e seus dirigentes, aos servidores públicos, às autoridades policiais, aos diretores e funcionários de estatais e agências reguladoras, aos membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, inclusive integrantes do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e dos titulares de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cartórios Extrajudiciais, ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas vinculadas aos ocupantes dos cargos, funções ou empregados nominados. A proposição visa combater à corrupção.

II - VOTO

Cabe à Comissão de Legislação Participativa apreciar a sugestões de iniciativa legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, nos termos do artigo 32, inciso XII, alínea “a” do RICD.

O Brasil ficou no 73º lugar com a nota 3,8 no ranking do último Relatório de Transparência Internacional. O país ficou atrás da África do Sul, Namíbia, Ruanda, Porto Rico, Uruguai e Butão.

Desta feita, a SUG nº 51/2012 que cria o Conselho de Ética Pública será mais uma ferramenta para coibir a corrupção no Brasil.

A sugestão apresentada é oportuna, haja vista a importância e relevância de buscar meios para combater a corrupção no Brasil.

Diante do exposto, voto pela aprovação da SUG nº 51, de 2012, na forma do PLP anexo.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2012.

Deputado FRANCISCO ARAÚJO
PSD/RR



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , de 2012 **(Do Sr. Francisco Araújo)**

Dispõe sobre a criação do Conselho de Ética Pública e estabelece medidas de transparência e controle de atos de agentes políticos, dirigentes, empregados e servidores públicos e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dispõe sobre a criação do Conselho de Ética Pública e estabelece medidas de transparência e controle de atos de agentes políticos, dirigentes, empregados e servidores públicos e dá outras providências.

Art. 2º Fica criado o Conselho de Ética Pública, integrado pelo Corregedor Geral da União, pelo Corregedor Parlamentar, pelo Corregedor do Conselho Nacional de Justiça e pelo Corregedor do Conselho Nacional do Ministério Público, que funcionará sem prejuízo das atribuições fiscalizatórias e disciplinares dos órgãos de origem.

§1º Os órgãos de origem definirão o modo de escolha e alternância dos respectivos corregedores, limitando-se os mandatos no Conselho de Ética Pública pelo período de dois anos, permitida uma recondução.

§2º A cadeira de Corregedor Parlamentar será ocupada alternadamente pelo Corregedor do Senado Federal e pelo Corregedor da Câmara dos Deputados Federais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§3º A Presidência do Conselho será exercida pelo prazo de um ano, de forma alternada, começando pelo representante do Executivo e findando pelo representante do Ministério Público, competindo ao mesmo, quando necessário, o exercício do voto qualificado de desempate.

Art. 3º Compete ao Conselho de Ética Pública:

I – emitir parecer conclusivo quando constatar nos procedimentos administrativos de origem, em sede de apuração de atos criminosos ou de improbidade administrativa, nos âmbitos federal, estadual, distrital ou municipal, seja de ofício ou a requerimento, ter havido arquivamento indevido, ou ainda que as providências tomadas fossem insuficientes, podendo oficiar ao Ministério Público e às autoridades policiais competentes, com a publicação do parecer no órgão de imprensa oficial;

II – definir e atualizar, perante os órgãos do Sistema Financeiro e Tributário, o conceito de atividades financeiras ou fiscais atípicas, que devem ser informadas às corregedorias e aos órgãos de fiscalização competentes.

Art. 4º A Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes redações:

Art. 3º

§1º Em caso de identificação de atividades financeiras ou fiscais atípicas de servidores públicos, assim definidas pelo Conselho de Ética Pública, este órgão poderá requerer diretamente ao juízo ou tribunal competente o levantamento do sigilo fiscal e/ou bancário do investigado, e bem assim o fornecimento de quaisquer documentos sigilosos referentes às atividades atípicas, acostando tão somente as informações encaminhadas pelos órgãos do Sistema Financeiro e Tributário Nacional em virtude daquela atipicidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§2º A autorização judicial será deferida ou indeferida em pauta breve, sem dilação probatória, no prazo máximo de trinta dias, em breve decisão fundamentada.

§3º O procedimento previsto nos parágrafos anteriores aplicar-se-á aos partidos políticos e seus dirigentes, aos servidores públicos, às autoridades policiais, aos diretores e funcionários de estatais e agências reguladoras, os membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, inclusive integrantes do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e os titulares de Cartórios Extrajudiciais, ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas diretamente ligadas aos ocupantes dos cargos, funções ou empregados nominados por relações de natureza contratual, societária ou familiar.

§4º Compete ao Conselho de Ética Pública definir e atualizar, perante os órgãos do Sistema Financeiro Nacional, o conceito de atividades financeiras atípicas e que devem ser informadas aos órgãos de fiscalização.

§5º Além dos casos previstos neste artigo o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários fornecerão à Advocacia-Geral da União as informações e os documentos necessários à defesa da União nas ações em que seja parte.

.....(NR)

Art. 5º A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.198.

§1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

.....

III – informações de atividades atípicas, assim definidas pelo Conselho de Ética Pública, que devem ser compulsoriamente prestadas às Corregedorias ou equivalente órgão administrativo de fiscalização, bem como ao Ministério Público, referentes aos partidos políticos e seus dirigentes, aos servidores públicos, às autoridades policiais, aos diretores e funcionários de estatais e agências reguladoras, aos membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, inclusive integrantes do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e os titulares de Cartórios Extrajudiciais, ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas diretamente ligadas aos ocupantes dos cargos, funções ou empregados nominados por relações de natureza contratual, societária ou familiar.

.....

§4º O levantamento de sigilo fiscal e bancário observará, no que couber, os termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

.....(NR)

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Brasil ficou no 73º lugar com a nota 3,8 no ranking do último Relatório de Transparência Internacional. O país ficou atrás da África do Sul, Namíbia, Ruanda, Porto Rico, Uruguai e Butão.

O alto índice de corrupção prejudica a percepção de um ambiente institucional estável e confiável, afastando investimentos estrangeiros do país.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Neste sentido, a criação do Conselho de Ética Pública é uma das ferramentas indispensáveis para ajudar a combater a corrupção.

Sala das sessões, , de 2012.

Deputado FRANCISCO ARAÚJO
PSD/RR